

## RESISTÊNCIA, BOICOTE OU SABOTAGEM? <sup>1</sup>

Naomar de Almeida Filho, Reitor da UFBA

Após amplo debate e depois de dois anos de elaboração, a Universidade Federal da Bahia inicia seu Programa de Ações Afirmativas com o primeiro vestibular que prevê reserva de vagas para alunos da escola pública, negros, índios e índio-descendentes. Acaloradas discussões e grandes controvérsias enriqueceram esse percurso, permitindo aperfeiçoamento do sistema enfim aprovado, tornando-o modelo adotado pelo projeto de lei enviado pelo MEC ao Congresso Nacional.

Os princípios que norteiam o Programa, claramente expostos nos seus documentos básicos, podem ser resumidos nos seguintes argumentos.

O Brasil padece de uma das piores distribuições de renda do mundo, que conduz a profundas iniquidades sociais, manifestas principalmente na dívida social da saúde e da educação. Essa situação decorre de um débito político: 500 anos de escravatura e genocídio e 200 anos de luta de classes determinaram exclusão social e política de grande parcela da população brasileira. Contudo, mesmo com a superação da dívida social, o débito histórico com populações ameríndias dizimadas e com povos africanos escravizados não será imediatamente resolvido, merecendo superação e reparação específica.

A reparação pela via da educação é uma obrigação social de toda instituição de ensino superior que mereça o nome de universidade. A natureza pública da instituição universitária federal, topo do sistema de educação pública, portanto, justifica priorizar (e não privilegiar) alunos de escolas públicas que conseguem atingir níveis de formação que os capacita a prosseguir para o ensino superior.

Entretanto, além dos aspectos doutrinários, precisamos avançar nas questões operacionais da política de ação afirmativa, para que ela não fique no papel, na gaveta e na boa intenção. Nesta etapa inicial, será prudente fazer uma avaliação das reações e resistências, que já aparecem, tanto de dentro da instituição quanto de fora, na sociedade, e que produzem obstáculos, barreiras, dificuldades e armadilhas frente às propostas de ação. Para melhor superá-las ou preveni-las, precisamos identificar e reconhecer a natureza dessas modalidades de reação e suas derivações. Proponho classificá-las em quatro tipos:

**Crítica programática.** O criticismo programático defende uma suposta inviabilidade das ações afirmativas, declaradas meritórias em intenção, porém questionáveis em seus critérios operacionais. As razões alegadas referem-se à relação custo-benefício (programas caros, investimentos altos que poderiam ser destinados a ações de retorno imediato etc.). Também apontam problemas na operação da proposta (impossível definir raça, somos todos afro-descendentes; a classe média poderá fraudar o sistema etc.) ou no seu impacto (haverá queda na qualidade do ensino, evasão elevada, formação deficiente de profissionais etc.). Os defensores dessa modalidade de resistência produzem uma retórica de base técnica e aparentemente racional que só pode ser vencida pela demonstração de uma *praxis* perseverante e competente, aproveitando a crítica para melhoria das propostas e avanço nas estratégias.

---

<sup>1</sup> - Uma versão resumida deste texto foi publicada em A Tarde, pg 2, outubro/2004.

**Resistência.** Frantz Fanon (1980) escreveu uma obra-prima chamada *Pele Negra, Máscara Branca*, onde argumenta que o racismo ocidental entranha-se de tal forma nas estruturas psíquicas do homem moderno que opressor e oprimido terminam regidos por um mesmo registro de recalque e repressão. Fora de qualquer plano lógico-racional, emergem formas inconscientes de resistência, individual ou social, a propostas de superação de iniquidades pela via da reparação. Podemos reconhecer esta modalidade de reação pelos seus efeitos e não por vontade manifesta dos que reagem. Se alguém diz: “sou totalmente a favor de reparar o genocídio indígena, a tragédia da escravidão e a indigna exclusão social”, mas dos seus atos nada resulta (ou resulta o contrário), temos um exemplo dessa forma de resistência. A cruel história escravagista e sucessivas gerações de preconceito e estigma deixaram marcas indelévels no inconsciente (no sentido freudiano) pós-colonial que somente processos radicais de conscientização (no sentido freiriano) poderão superar e remover. Além disso, muito precisamos aprender até podermos atuar, de modo emancipatório, no imaginário social, pelo menos com a mesma eficiência das estratégias da publicidade mercadológica.

**Boicote.** Muitos dos sujeitos resistentes a programas de promoção da igualdade pela reparação têm coragem de assumir publicamente, de modo aberto e claro, suas posições mesmo quando essas parecem “politicamente incorretas”. Esse tipo de reacionarismo por princípio pode ser de direita ou de esquerda, tanto faz. Alguns acham que o mundo sempre foi e é naturalmente desigual e injusto e que não há qualquer problema em continuar assim, mantendo-se os privilégios de alguns poucos sustentados justamente pela carência de muitos. Outros – às vezes auto-proclamados de esquerda – defendem que qualquer política de reparação social ou política pública de compensação poderá atenuar a luta de classes e isso atrasaria o processo revolucionário. De todo modo, o boicote que fazem é, num certo sentido, franco e leal. Por isso, os defensores da ação afirmativa podem enfrentar essa modalidade de reacionarismo aprofundando a disputa e derrotando-a nos planos político e institucional.

**Sabotagem.** Chamo de sabotagem a toda e qualquer forma de produção de obstáculos e dificuldades que, mesmo indireta, camuflada, disfarçada ou denegada, resulta em prejuízos aos programas de ação afirmativa. Muitas vezes, a sabotagem consiste na proposição ou realização de atos e iniciativas que, aparentemente, nada têm a ver com preconceito ou racismo, mas que objetivamente resultam em enfraquecimento ou fracasso de programas de reparação. Trata-se da forma mais traiçoeira e covarde de reação, de difícil reconhecimento e superação. Os reacionários dessa modalidade se travestem de apoiadores, fazem discursos pró-ações afirmativas e até mesmo se posicionam publicamente a favor de propostas nessa direção.

Infelizmente, com frequência, somente se consegue identificar a sabotagem nos seus efeitos concretos, depois que corroe ou implodiu estruturas e instituições em processo de transformação, quando já é muito tarde para um enfrentamento eficaz no plano ético e político. Para isso, precisamos organizar uma constante vigilância, em termos mais que metafóricos, a fim de, por um lado, denunciar e desmascarar os reacionarismos camuflados e, por outro lado, desativar a tempo as armadilhas e bombas de efeito retardado plantadas pelos sabotadores.

Neste momento, em que se descortina uma árdua luta política necessária para a construção histórica da identidade nacional, espero que tais reflexões colaborem para a superação de impasses e resistências. Fortes reações contra políticas afirmativas de reparação e inclusão social já se esboçam, algumas abertas e outras disfarçadas, em maior ou menor grau. Isso era de se esperar. Afinal, quem disse que seria fácil? Quem inocente acreditaria que, magicamente, uma sociedade racista e excludente de 300 anos mudará em 300 dias? Ou que, por decreto, uma instituição elitista de 60 anos se transformará em meros 60 dias?